



REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO: ANALISANDO CONCEITOS E PRÁTICAS NAS POLÍTICAS EDUCATIVAS

REGULACIÓN DE LA EDUCACIÓN: ANALIZANDO CONCEPTOS Y PRÁCTICAS EN LA POLÍTICA EDUCATIVA

REGULATION OF EDUCATION: ANALYZING THE CONCEPTS AND PRACTICES IN EDUCATION POLICY

Rosângela Cely Branco Lindoso
Universidade Federal de Pernambuco - Universidade Federal Rural de Pernambuco - Brasil
E-mail: roxente@hotmail.com

Eixo temático 1: Problemas e limitações no desenvolvimento da pesquisa sobre política educacional

Resumo: O estudo tem por objetivo explorar o conceito de regulação nas políticas educativas, especificamente as que utilizam avaliação educacional, trazendo um exemplo de como esse conceito foi materializado em Pernambuco. Os resultados apontam para a construção do conceito relacionado à crise do capital onde o Estado vai reduzir suas intervenções sociais inclusive no sistema educacional, sob pretexto do crescimento, para atender as novas demandas do mercado. Assim a educação vai sendo objetivada no neotecnismo, indicadores, habilidades e competências, onde o Estado procura maximizar os recursos aplicados, melhorando as estatísticas educacionais por meio da regulação e responsabilização utilizando como instrumento a avaliação da educação em larga escala.

Palavras-chave: Regulação. Educação. Conceitos. Práticas.

Resumen: El estudio tiene como objetivo explorar el concepto de regulación en las políticas educativas, específicamente las que utilizan evaluación educativa, tomando un ejemplo de cómo este concepto se ha materializado en Pernambuco. Os resultados apuntan a la construcción del concepto relacionado con la crisis del capital donde el Estado ve reducir sus intervenciones sociales inclusive en el sistema educativo, con el pretexto de crecimiento, para responder a las nuevas demandas del mercado. Así que la educación está siendo objetivada en el neotecnismo, indicadores, habilidades y competencias, es donde el Estado busca maximizar los recursos aplicados, mejorando las estadísticas educativas a través de la regulación y responsabilización utilizando como instrumento la evaluación a gran escala.

Palabras clave: Regulación. Educación. Conceptos. Práticas.

Abstract: The study aims to explore the concept of regulation in educational policies, specifically those using educational assessment, bringing an example of how this concept has been materialized in Pernambuco State. Os results point to the construction of the concept related to the crisis of capital which the State will reduce their social interventions including the education system, under the pretext of growth, to meet the new market demands. So education is being objectified in neotecnismo, indicators, skills and competences, where the state seeks to maximize the resources



applied, improving educational statistics through regulation and accountability using the assessment as a tool of education on a large scale.

Keywords: Regulation. Education. Concepts. Practices.

Introdução

Depois de passar por alguns episódios de avaliação institucional, comecei a observar de um lado aqueles que queriam exibir ranks e de outro lado aqueles que precisavam mostrar resultados. Nesse contexto, o professor perde uma prerrogativa histórica de sua função, a avaliação escolar. A escola perde o sentido, pois os interesses estão fora dela.

As ações que regulam, controlam e culpabilizam não conseguem adesão dos sujeitos envolvidos no processo, surge a crise de legitimação e motivação. O sistema educativo cria a expectativa e aspirações que não consegue dar conta. Como equacionar a evasão e a repetência numa escola que está sendo esvaziada de sentido?

A problematização aponta a avaliação como uma prática sistemática que sempre foi usada, na escola. Uma prerrogativa histórica do professor, que vem perdendo esse espaço uma vez que os interesses das avaliações institucionalizadas estão fora da escola. A educação cria expectativas que não se concretizam, a escola passa por uma crise de legitimação, gerando uma falta de motivação nos sujeitos que dela participam.

O objetivo desse estudo é explorar o conceito de regulação nas políticas de avaliação, como ele vai sendo construído tomando como exemplo o Estado de Pernambuco na gestão Campos.

Avaliação e regulação

Avaliar significa a investigação sistemática acerca do valor e mérito de um objeto, podemos ainda acrescentar que é uma questão de pesquisa sistemática e não mera opinião, uma tarefa orientada para identificação de valor.



Na trajetória histórica a avaliação tem sido mais voltada ao processo reorganizador da economia na produção capitalista, do que como elemento reorganizador do desempenho qualitativo humano avaliando a aprendizagem, as técnicas, métodos e instrumentos de avaliação. Em sua trajetória educacional as informações suscitadas aparecem de forma dispersa.

A avaliação não é inerente exclusivamente ao contexto educativo, está sempre presente no nosso cotidiano no desempenho pessoal, no lazer, em atuações artísticas, esportivas, constando da vida humana nas impressões e sentimentos. É tarefa inerente ao agir e pensar humano, a partir de juízo, opinião acerca de pessoas, coisas ou objetos. Comparando, refletindo, analisando para então decidir.

Um processo avaliativo para Dias Sobrinho (2003), envolve a análise de variáveis onde são organizados critérios para que dada situação se concretize. No entanto na prática educacional a mesma toma caráter reflexivo, para tomadas de decisão no âmbito estatal em políticas públicas objetivando melhorias educacionais em nível estrutural macro, meso e micro.

Em momentos históricos distintos a avaliação em educação tem assumido significados diferentes, uma vez que sistematicamente está dissociada dos sujeitos e da singularidade do contexto de sua realização, falta de clareza de seus critérios e instrumentos adequados para avaliar pessoas, tem sido usada para diferentes funções e finalidades (punir).

Na avaliação educacional Dias Sobrinho (2003) afirma que deve servir para melhorar desempenhos, reorientando o trabalho docente, contribuindo para o desenvolvimento sociocultural consolidando as relações na escola. Uma parceria entre sujeitos humanos e inconclusos pautadas em princípios políticos, econômicos. Porém o que se nota é confusão entre avaliação e testes como sinônimo quantitativo onde se evidenciam o medir e provar. Este fato também é observado não só nas escolas como também no modelo estatal de avaliação adotado pelo governo brasileiro desde a década de 80 nos vários níveis de ensino do Brasil.

A avaliação institucional é um dos temas de maior força na atualidade, é um dos campos de luta que ultrapassa questões mais aparentes e formais da



organização e do gerenciamento é das instituições educativas, uma vez que a formação humana é uma das grandes riquezas da educação, e nesse debate estrutural ético e político estão as principais dificuldades que são de fundo político, de sentido comum, de sensibilidade pedagógica, flexibilidade e criatividade.

Como a sociedade é permeada de valores, há aí a dimensão política. Segundo Dias Sobrinho (2003), não é equacionar tecnicamente as divergências, abafar as discórdias, homogeneizar os interesses e camuflar as contradições através de ajustes e aplicação de instrumentos. As avaliações reproduzem as situações concretas num quadro de valores relativamente estruturado. O autor enfatiza ainda que, a formação humana entendida como capital voltado para atendimento das demandas postas pelo mercado, em função do lucro, produz a despolitização, problemas complexos humanos são tratados como técnica.

Há grandes problemas, aponta Dias Sobrinho (2003), que precisam ser reconhecidos e superados, por isso a avaliação é feita, muito embora o modelo com base na concepção da eficiência e classificação é predominantemente quantitativo, pretensamente neutro e justo para efeito de planificação orçamentária, possuindo pouca função pedagógica. Atendo-se a mera comparação e descrição de ranking de instituições não ajudando a melhorá-las, pois faltaram as verdades sociais produzidas por meio do debate crítico e político. Apesar de reconhecer que a descrição objetiva da instituição é uma etapa importantíssima da avaliação, mas não pode aí permanecer ou se servir de instrumentos classificatórios que conduzem a punição.

No âmbito da aprendizagem as provas buscam medir elementarizando ou simplificando o processo. Difícil é apreender as capacidades da aprendizagem, as reelaborações de significados, relevância social, subjetividade, atitude, valores, conteúdos invisíveis, o currículo oculto, percebendo o processo de ensino em sua totalidade e complexidade. Por outro lado fica mais fácil coisificar o conhecimento reduzindo o mesmo à sua expressão mais simplificada, articulando processos intelectuais elementares como; memorização, repetição de conceitos e definições (Elliot, 1990).



Exames mais gerais além de não se constituírem em mecanismos formativo não dão conta das relações subjetivas, usurpando e empobrecendo o currículo além de desqualificar o professor em sua prerrogativa histórica que é de responsável pela avaliação escolar. De acordo com Sacristán (1995), sob o domínio pretensamente neutro e desregionalizado.

Os exames produzem um currículo invisível que marca a relação dos estudantes com a aprendizagem, a qualidade é uma construção social histórica, dinâmica e plural, refere-se à sociedade que queremos e produz-se de acordo com os valores humanos. De acordo com a ideologia capitalista e diretrizes neoliberais, direcionam a avaliação, a competitividade e não a cooperação, ao individualismo e não a solidariedade, induzindo a necessidade de vencer sempre. Não construindo o bem comum selecionando uns e excluindo muitos.

Estado e Educação

Para compreender o contexto em que as coisas acontecem, lançarei mão do pensamento do historiador inglês Eric Hobsbawm (2003 p. 29-314) onde relata sobre o “O Breve século XX”, considerando o período que vai da eclosão da primeira guerra mundial ao colapso da União soviética, subdividindo em três fases A “Era da catástrofe” que inicia em 1914 com a primeira guerra mundial, assinalando o colapso da civilização (ocidental), do século XIX que o autor caracteriza por uma civilização capitalista, burguesa, cientificista, eurocêntrica e se encerra com a segunda guerra mundial em 1945.

Da segunda guerra mundial até os anos setenta, denominada pelo autor de “Era dourada”, de crescimento econômico extraordinário e transformação social, mudando em uma brevidade de tempo de maneira profunda à sociedade humana.

Em meados dos anos setenta até o colapso da União Soviética, no início dos anos noventa, “O desmoronamento”, também conhecida como “incerteza”, “decomposição” e “crise”, aqui o mundo entra num futuro desconhecido e problemático, e a necessidade de construção de caminhos



possíveis também passará por aqui, onde a educação passa a ser instrumento de disputas que precisa de controle, onde antigas respostas não satisfazem. A educação passa a se constituir em política pública.

As sociedades se estruturam a partir de bases materiais, que são elementos centrais para análise das ideias e mudanças políticas. Assim o entendimento de que as reformas no aparato do Estado, bem como as reformas educacionais, estão relacionadas às mudanças no processo de acumulação capitalista nos seus ciclos de expansão, crise e de reformulação econômica, sócio-política e cultural. Nas décadas de 1980 e a partir de 1990, foram implementadas na América Latina as reformas do Estado e da educação, fundamentadas, em grande parte, nos princípios do atual projeto hegemônico mundial do capitalismo: o neoliberalismo. Por isso essas reformas no aparato do Estado, bem como as reformas educacionais, estão relacionadas organicamente às mudanças no processo de acumulação capitalista nos seus ciclos de expansão, crise e de reformulação econômica, sócio-política e cultural.

As economias do mundo colapsado com a crise de 1929, arrastaram as economias, segundo Hobsbawn (2003, p.363-393), colocando em perigo o modelo de acumulação baseado no princípio do livre mercado, vigente até então. Em contraste à crise que tomava o Ocidente, a União Soviética pós-revolução estava em ascensão econômica, gerando uma condição que foi considerada por John Maynard Keynes (1883-1946) como política e socialmente explosiva. Sendo assim, Keynes defende que o Estado deveria intervir na economia, tendo em vista a reativação da produção. Visando um período de sustentabilidade do modelo capitalista, foram sugeridas, por Keynes, mudanças no papel do Estado em relação ao mercado.

A tese de Keynes ganha impulso no plano internacional em 1944, instituindo uma nova ordem global mediante a criação de instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), atual Banco Mundial, e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Essas organizações passaram a operar como protagonistas da estabilidade da nova ordem capitalista internacional após a



Segunda Guerra Mundial, situando-se como atores políticos, intelectuais e financeiros a favor do capital. A combinação entre Estado e mercado, sugerida por Keynes, foi responsável pelos denominados, por Hobsbawm (2003 p.253), como “anos dourados do capitalismo”, desse modo também foi chamado de crescimento econômico nos países do capitalismo avançado durante os anos 1950 e 1960.

A ideologia neoliberal, até os anos 1960, ainda não tinha amparo nas bases materiais da sociedade para conquistar a hegemonia devido ao crescimento econômico obtido. Ao final da década de 1960, de acordo com Harvey (2007), o liberalismo regulado começava a apresentar sinais de uma nova crise da acumulação de capital, pois o desemprego voltou a crescer, acompanhado de inflação e recessão, anunciando uma fase severa que se prolongou durante a década de 1970, a crise do modelo fordista-keynesiano se estabeleceu de vez em 1973 com a crise do petróleo.

Nova configuração mundial traz em seu bojo, o modelo denominado por Harvey (2007), como acumulação flexível, constituído em bases opostas à rigidez que caracterizava o fordismo, envolvendo menos investimento, menores volumes de trabalhadores estáveis e mais baratos, menos conflitividade com os trabalhadores e redução de estoques. Outro aspecto consiste no fato de que, enquanto na década de 1970 a produção industrial fordista entrava em colapso, o capital financeiro se expandia mundialmente, por meio da especulação e do comércio de divisas. Tendo aí o seu caráter especulativo e desvinculado do projeto nacional contido no conceito de Estado-nação.

O enfrentamento da crise, segundo Harvey (2007), provocou mudanças que marcam a passagem do modelo fordista/taylorista, para o modelo de acumulação flexível, que se contrapôs à rigidez do fordismo mediante a flexibilização de seus processos de trabalho, produtos e padrões de consumo. Esse novo modelo tem ainda como características; o surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Esse modelo passou a ser



adotado como forma de reinvenção da acumulação, inaugurando uma nova etapa do capitalismo mundial.

Como forma de superação da perda de competitividade do modelo fordista, surge nos países ocidentais do capitalismo central, o modelo toyotista. O toyotismo que consolida-se no Japão nos anos 1950 e 1960 expandindo-se nos anos 1970 e 1980, para os países e regiões próximas formando com o Japão, um novo bloco econômico-produtivo designado de Tigres Asiáticos.

Visando à redução do custo de produção do capital com o trabalho, a estratégia do Ocidente foi a de desmontar a estrutura do modelo keynesiano, principalmente, as medidas decorrentes da necessidade de aumentar a capacidade competitiva e viabilizar, no campo da produção, a saída da crise consistiu na adoção de uma nova perspectiva tecnológica e organizacional reestruturando a produção, retirando garantias legais da própria organização da classe trabalhadora. Porém, a retirada das garantias conquistadas pelos trabalhadores dependia, necessariamente, da intervenção política no interior do Estado em favor do capital. Nesse contexto, sobretudo a partir dos anos 1980, a ideologia neoliberal passou a se constituir como uma nova força política.

As partir das prioridades do capital financeiro, segundo Afonso (2003), podemos compreender com mais clareza a crise dos mecanismos de regulação do modelo keynesiano e, o mais importante, que a crise não foi provocada pelo modelo de Estado, e sim, pelo modo de acumulação do capital que, em seu processo de reestruturação, passou a demandar o desmonte do Estado de bem-estar, que foi proposto no pós- segunda guerra com a mesma finalidade que justifica o seu desmonte, a manutenção das condições de reprodução do capital. O neoliberalismo, nesse contexto, tornou-se o fundamento ideológico e político adequado para a justificação do desmonte do Estado intervencionista. Na América Latina, a expansão das políticas neoliberais esteve diretamente conectada ao quadro de insolvência da dívida externa dos países devedores.

Os latino-americanos pagaram um preço literalmente alto, pelos o ajuste estrutural, tanto do ponto de vista social, com a recessão, o aumento do desemprego e o aprofundamento da miséria, quanto do ponto de vista dos valores financeiros pagos em relação ao que foi contraído.



Conforme Azevedo (2004), os anos setenta trazem em seu bojo a miséria e a pobreza, desigualdade social, nos países periféricos. Essas questões que passam a ser problematizadas, por ameaçar potencialmente a reprodução do capital, políticas públicas se chocam com os modelos praticados nesses países. Diversos organismos das Organizações das Nações Unidas (ONU) passam a elaborar propostas políticas de combate à miséria. Essas orientações têm repercussão nas orientações assumidas pelas principais agências financiadoras, Banco Interamericano de Desenvolvimento BID, Banco Internacional para a reconstrução e o desenvolvimento Regional BIRD e o Banco Mundial BM.

Nesse quadro as agências insistiam na necessidade de garantir minimamente ao povo trabalho, educação, saúde, moradia e alimentação, ampliando suas oportunidades sociais, assim os conflitos e a tensão social seriam reduzidos.

No Brasil essas questões também começam a ser problematizada não por interesse da população, no processo de construção democrática, mas capitaneada pelo Banco Mundial. A repressão desarticulava e silenciava eventuais mobilizações.

Nesse período os governos militares abriram espaço para que os enfoques das agências internacionais se implantassem no país através de programas e projetos. No debate internacional a articulação entre a educação e a pobreza, implicou em reformulações nas concepções e objetivos antes traçados. O Banco Mundial, por meio de critérios próprios, passou a financiar ações educativas para populações de baixa renda e desenvolvimento do ensino básico.

A partir dos anos 1980, as mudanças no Estado, decorrem de uma crise maior do modo de produção material da vida, que passa a exigir novas estratégias de produção e reprodução do capital e de justificação de sua hegemonia.

De acordo com as necessidades das exigências da reprodução do capital, Segundo Kuenzer (2005), diferente do modelo fordista, a educação básica do trabalhador no modelo da acumulação flexível, passou a ser uma



condição básica para sua adaptação às múltiplas situações complexas e diferenciadas que passam a demandar competências mais sofisticadas que a memorização e a repetição, as quais consagravam o conhecimento tácito sobre o técnico especializado. A nova configuração dos processos produtivos com o desenvolvimento tecnológico passa a requerer um trabalhador flexível, capaz de solucionar problemas e de adaptar-se às mudanças nas cadeias produtivas.

O Banco Mundial fundado em 1944, segundo Silva (2013), assumiu a condição de protagonista do jogo político e econômico mundial, atuando como ator intelectual, político e financeiro a serviço do capital. Na defesa da educação para todos (princípio definido na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada na Tailândia em 1990), estabelecendo as prioridades da educação mundial e da educação para a formação de capital humano. O Banco Mundial, mediante à obtenção de financiamento sobre os países endividados detém um importante poder de induzir políticas, com uma larga rede de influência e disseminação das ideias. Além de não ser o único organismo internacional que vem pautando prioridades e implementando ações no campo da educação, entre outros a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

No Brasil com a transição política emergem modelos de sociedade no processo de redemocratização do país. Abrindo disputas pela hegemonia política no processo de transição. Marcado com a derrocada de um modelo militar ditatorial e o início de transição de um regime fechado às manifestações políticas da sociedade civil opostas ao regime, para o restabelecimento da democracia.

Segundo Coutinho (2008), dois projetos de sociedade estiveram representados em 1989, entre as diversas candidaturas, o projeto identificado com o neoliberalismo de Fernando Collor de Melo, pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), e o candidato da base progressista, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), com o projeto liberal-corporativo. A vitória de Collor de Melo possibilitou que a plataforma política de abertura econômica, de privatização e de desregulamentação da economia desse novo rumo à política de Estado.



De acordo com Coutinho (2008), a consolidação decisiva do modelo de estado neoliberal teve como obstáculo a Constituição de 1988, que garantiu uma série de direitos sociais. Essa situação leva os governos seguintes realizassem um forte movimento de reforma da Constituição, que incidiu em uma contrarreforma, por meio da desregulamentação da Carta Magna. Essa investida neoliberal encontrou, no Partido dos Trabalhadores, e nos movimentos sociais a ele articulados, o principal obstáculo político à consolidação das premissas neoliberais, o que aconteceu até o final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Tais premissas colocam o estado brasileiro no curso das mudanças pelo estabelecimento de objetivos e diretrizes, justificadas como meio de assegurar o crescimento sustentado da economia. A regulação e o controle sob pretexto de eficácia e eficiência trazem de volta a proposta tecnocrata da década de 70, retomando medidas do passado autoritário.

Com a vitória de Lula da Silva (PT), em 2002, acendeu a perspectiva do fortalecimento do projeto democrático popular, que infelizmente reforçou de modo significativo o modelo neoliberal. Desse modo, as expectativas de vários setores da sociedade brasileira, de romper com as orientações neoliberais não aconteceram. Na educação as mudanças também não ocorreram.

O exemplo de Pernambuco: regulação e responsabilização

A partir de 2000 inicia um novo ciclo de investimentos em Pernambuco, decorrentes das novas cadeias produtivas de petróleo, gás, indústria naval. Outros ciclos já existiram e explicam segundo Silva (2013), fases de retração e expansão. O mais recente foi o ciclo de crescimento econômico protagonizado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE, de 1970 a 1975. Com alto nível de crescimento, redução de incentivos fiscais a partir da segunda metade de 1970 se agravando em 1990 com o aumento de competitividade de mercado devido a reabertura da economia nacional e o desenvolvimento industrial dos outros estados.



Esse quadro começa a mudar a partir de 2000 com o aumento de investimentos decorrente da política de atração de investimentos. As atividades responsáveis por essa leve retomada de crescimento foram; a expansão da fruticultura irrigada em Petrolina; a expansão do polo têxtil em Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe; a recuperação do setor sucroalcooleiro; o investimento no turismo e a atração de investimentos para o complexo de Suape.

O cenário econômico inicia mudanças a partir de 2007 com a consolidação de investimentos que potencializam a vida de empreendimentos privados para o estado. Há um processo de redefinição da matriz produtiva, para Silva (2013) o cenário econômico otimista deve ser visto com cautela, diante dessa preocupação e dos obstáculos à sustentabilidade do ciclo econômico iniciado em 2007, o governo Campos para o período 2007-2010, solicita ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES) um diagnóstico de investimentos. O mesmo aponta que as maiores restrições ao desenvolvimento eram o crescimento da violência, os sinais de desagregação social e as limitações na escolaridade e na qualificação de recursos humanos. Como solução o documento aponta: a criação de uma forte e ampla ação de combate à violência no estado para deter a escala de desagregação social, a implantação de um programa de aceleração abrangente de qualificação da mão de obra para inserção social; e a reestruturação e reforço da educação de jovens e adolescentes. (PERNAMBUCO, 2007).

Importante ressaltar que os aspectos mencionados nesse modelo de desenvolvimento, tem o mercado como elemento equalizador de justiça social e o estado como provedor de medidas compensatórias aos efeitos sociais negativos do modo de produção capitalista. Esse modelo também defende que o crescimento da economia proporciona a geração de empregos, que melhora a qualidade de vida e que o investimento em educação é, em si mesmo, a chave para a promoção da igualdade e justiça social. Nesse sentido Silva (2013), aponta que essa visão difunde o pressuposto de que é possível promover a igualdade sem alterar as estruturas que produzem a desigualdade.



O governo de Campos para Pernambuco propôs construir um modelo político que legitimou e estabilizou o neoliberalismo que nos anos 1990 já havia produzido efeitos sociais danosos nos países de periferia, ampliando a miséria.

No plano de governo (2007-2010) a proposta denominada: Todos por Pernambuco, buscando construir um modelo de gestão, monitorado através de um fluxograma, com definição de fluxo de gestão, e ações relativas a quatro pontos; economia; infraestrutura; política institucional e social (PERNAMBUCO, 2008c). Voltados para resultados concretos, medidos, avaliados e corrigidos de forma regular e permanente, através de mecanismos de regulação e controle.

Assim, para Rezende (2012), a tensão gerada em torno do controle tende a produzir incentivos altamente contraditórios, reduzindo em muito as possibilidades de cooperação simultânea de atores estratégicos na arena decisória para com ajuste fiscal e a mudança institucional.

As Metas para a Educação em Rede envolvem quatro elementos conforme consta em Pernambuco (2012): 1. Objetivos educacionais e metas clara por escolas (termo de compromisso-IDEPE); 2. Sistemas próprio de avaliação (SAEPE); 3. Sistemas de incentivos para as escolas que alcançaram as metas estabelecidas (Bônus); 4. Sistema de monitoramento e indicadores de processos e de resultados (gestão nota 10).

Dentro dessa lógica está a Educação em Rede onde se encontra o Sistema de Avaliação da Educação Básica em Pernambuco (SAEPE), criado com a finalidade de monitorar o padrão de qualidade do ensino e apoiar as iniciativas de promoção da igualdade de oportunidades educacionais. Seus testes têm como objetivo avaliar as competências e habilidades, na área de Língua Portuguesa e de Matemática, dos estudantes das redes Estadual e Municipal nas 2ª, 4ª, e 8ª séries ou 3º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, abrangendo os projetos de correção do fluxo escolar. Além da aplicação dos testes, estão inclusos na avaliação outros instrumentos importantes, como: o questionário do estudante, cujo objetivo é traçar seu perfil socioeconômico e sua trajetória escolar; os questionários do professor e do diretor, com o objetivo de traçar o perfil dos profissionais da



educação de Pernambuco; e o questionário da escola, cuja finalidade é conhecer infraestrutura e os serviços oferecidos por ela, tendo-se em vista identificar os fatores que interferem no desempenho escolar.

A Secretaria de Educação de Pernambuco, responsável pelo SAEPE, possui 17 gerências espalhadas por todo estado de Pernambuco. Os principais objetivos do SAEPE são:

Produzir informações sobre o grau de domínio dos estudantes nas habilidades e competências consideradas essenciais em casa período dos e escolaridade avaliado; Monitorar o desempenho dos estudantes ao longo do tempo, avaliando continuamente o projeto pedagógico de cada escola; Contribuir para a adaptação das práticas de ensino às necessidades dos alunos, diagnosticadas por meio dos instrumentos de avaliação; Associar os resultados da avaliação às políticas de incentivo com a intenção de reduzir as desigualdades e elevar o grau de eficácia da escola; Compor, em conjunto com as taxas de aprovação verificadas pelo Censo Escolar, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco – IDEPE. (PERNAMBUCO 2012. <http://www.siepe.educacao.pe.gov.br/>).

As escolas de Pernambuco assinam um termo de responsabilidade com a Secretaria de Educação do Estado, no qual é estabelecida sua proposta pedagógica, as metas de desempenhos institucionais a serem alcançadas ano a ano. O IDEPE é o indicador e norteador na implementação desse compromisso.

Segundo Rezende (2012) quanto maior o interesse em promover uma política que objetiva a reforma se propondo a alterar radicalmente a forma de controle que regula a relação entre formulação e implementação das políticas públicas, maiores as chances para o insucesso das reformas.

As análises contidas nos documentos apontam que o sentido atribuído ao Estado estabiliza e ordena o neoliberalismo, é um conjunto de ideias econômicas, políticas, capitalistas que defendem a pouca intervenção do estado no mercado de trabalho. Caracterizando uma forma de ver e julgar o mundo social, criando um significado para a política, que objetiva regular a relação entre formulação e implementação das políticas públicas.

Na observação do sentido atribuído à Educação está objetivada no que Saviani (2011) denomina de neotecnicismo, nessa concepção está uma concepção de aprendizagem que se materializa através de indicadores,



habilidades e competências, onde o Estado procura maximizar os recursos aplicados, melhorando as estatísticas educacionais, no paradoxo Segundo Kuenzer, (2005 p.91-94) da “inclusão excludente”, incluindo os alunos no processo educativo, mas excluindo do padrão de qualidade da educação.

Conclusão

A crise de qualidade da educação é porque a lógica de mercado não abarca a complexidade humana. A avaliação de desempenho, os contratos de gestão e o sistema de resultados são estratégias de uma gestão por resultados, voltados a uma política de regulação e responsabilização da educação, transportando para a escola diretrizes tecnocratas de um passado que todos abominaram.

Nesta reflexão, a regulação e o controle sob os argumentos de produtividade e da qualidade do serviço público são os lastros da reforma em Pernambuco. Como podemos constatar mediante a construção desse texto, com as ordenações neoliberais, percebemos um esvaziamento do debate na escola, porque os interesses em jogo estão fora da mesma. Com o esvaziamento vem a evasão, lembrando que as desigualdades sociais não se dão no vazio, mas no contexto de práticas sociais.

Referências

AFONSO, A. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. Para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

AZEVEDO, J.M.L. de. **A Educação Como Política Pública**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

COUTINHO, C. N. **Contra a corrente: Ensaio sobre a democracia e socialismo**. 2. ed. Revista e atualizada. São Paulo: Cortez, 2008.



DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

FRIGOTTO, G. Escola e trabalho numa perspectiva histórica: contradições e controvérsias. **Revista de Ciências da Educação**, n. 9, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul.pt/?r=23&p=131>>. Acesso em: dez. 2012.

HARVEY, D. **A Condição Pós-moderna**. 16. ed. São Paulo: Edições Loyola 2007.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos**: o breve século XX. Trad. Marcos Santarrita. 2. ed. 46. reimp. Companhia das Letras, 2003.

KUENZER, A. Exclusão incluyente e inclusão excluyente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Capitalismo trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

LIMA, J. P.; SICSÚ, A. B.; PADILHA, M. F. Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.38, n. 4, out./dez. 2007. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1062>. Acesso em: jul. 2012.

PEREIRA, J. M. M. O Banco Mundial e a construção político-intelectual do —combate à pobreza. **Topoi**, v.11 , n. 21, p. 260-282, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi21/Topoi21_14Artigo14.pdf>. Acesso em: set. 2013.

PERONI, V. M. V. As redefinições na relação público/privado e as implicações para a democratização da educação. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 35, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2010.

REZENDE, F. da C. O ajuste gerencial e seus limites: a falha sequencial em perspectiva comparada. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, n. suplementar, p. 127-143, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v16s0/a10v16s0.pdf>>. Acesso em: out. 2012.

REZENDE, F. da C. Razões da crise de implementação do Estado gerencial: desempenho versus ajuste fiscal. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n. 19, p. 111-121, nov. 2002b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782002000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: nov. de 2011.



REZENDE, F. da C. Porque as reformas administrativas falham? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 50, p.123-142, out. 2002c. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000300008>. Acesso em: out. 2012.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVA, I. A. de Oliveira. **O Programa de Modernização da Gestão Pública: Uma Análise da Política de Responsabilização Educacional em Pernambuco no Governo Campos (2007-2011)**. 2013. 219 f. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2013.

SCHWARTZAM, S. As Avaliações de Nova Geração. In: SOUZA, A. M. e (Org.). **Dimensões da Avaliação Educacional**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

PERNAMBUCO. **Construindo a excelência em gestão escolar: curso de aperfeiçoamento: Módulo XII – Políticas de responsabilização educacional / Secretaria de Educação**. Recife: Secretaria de Educação do Estado, 2012a.

PERNAMBUCO. **Construindo a excelência em gestão escolar: curso de aperfeiçoamento: Módulo XI – Monitoramento e Avaliação de Processos de Ensino e Aprendizagem / Secretaria de Educação**. Recife: Secretaria de Educação do Estado, 2012b.

PERNAMBUCO. **Instrução normativa, nº 02/2011**. Matriz curricular republicada. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 29 de Janeiro de 2011. Disponível em: <<http://www.siepe.educacao.pe.gov.br/WebModuleSme/itemMenuPaginaConteudoUsuarioAction.do?actionType=mostrar&idPaginaltemMenuConteudo=5933>>. Acesso em: dez. 2012.

PERNAMBUCO. **Lei Complementar nº 141, de 03 de Setembro de 2009**. Dispõe sobre o Modelo Integrado de Gestão do Poder Executivo do Estado de Pernambuco. Assembleia Legislativa de Pernambuco. Sistema LEGISE-Base de Dados da Legislação Estadual de Pernambuco. 2009a. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/pesquisa.aspx>>. Acesso em: jun. 2012.

PERNAMBUCO. **Projeto Aprender Mais**. Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação – SEDE. Junho de 2009b. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/upload/galeria/750/projeto_aprender_mais.pdf>. Acesso em: dez. 2012.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Formação sobre a Sistemática de Acompanhamento da Gestão Escolar**. Secretaria Executiva de Gestão de Rede, Gravatá-PE, Jun. 2009c.



PERNAMBUCO. **Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008.** Cria o Programa de Educação Integral, e dá outras providências. Assembleia Legislativa de Pernambuco. Sistema LEGISPE-Base de Dados da Legislação Estadual de Pernambuco. 2008a. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=2&numero=125&complemento=0&ano=2008&tipo=>>. Acesso em: dez. 2012.

PERNAMBUCO. **Lei Complementar nº 118, 26 de Junho de 2008.** Cria a carreira de analista em planejamento, orçamento e gestão e seus cargos, fixa sua remuneração, e dá outras providências. Assembleia Legislativa de Pernambuco. Sistema LEGISPE-Base de Dados da Legislação Estadual de Pernambuco. 2008b. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/pesquisa.aspx>>. Acesso em: jun. 2012.

PERNAMBUCO. **Lei Complementar nº 117, de 26 de Junho de 2008.** Cria carreira de gestão administrativa e seus cargos, fixa sua remuneração, e dá outras providências. Assembleia Legislativa de Pernambuco. Sistema LEGISPE-Base de Dados da Legislação Estadual de Pernambuco. 2008c. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/pesquisa.aspx>>. Acesso em: jun. 2012.

PERNAMBUCO. **Nota Técnica:** A avaliação das escolas estaduais e o bônus de desempenho educacional – BDE. 2008d. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/diretorio/pmg2/nota_tecnica_idepe.pdf>. Acesso em: dez. 2012.

PERNAMBUCO. **Lei nº 13.486, de 01 de julho de 2008.** Institui o Bônus de Desempenho Educacional - BDE, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Educação em Rede. 2008e. Disponível em: <<http://www.siepe.educacao.pe.gov.br/WebModuleSme/itemMenuPaginaConteudoUsuarioAction.do?actionType=mostRAR&idPaginaItemMenuConteudo=5913>>. Acesso em: dez. 2012.

PERNAMBUCO. **Programa de Modernização da Gestão Pública:** metas para a educação. 2008f. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/upload/galeria/644/programa_de_moderniza%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: set. 2012.

PERNAMBUCO. Diário Oficial do Estado de. **Governo do Estado promove capacitação.** Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Poder executivo, Ano LXXV, nº 103, Recife, 3 de Junho de 2008g. Disponível em: <<http://www.cepe.com.br/diario/>> Acesso em: ago. 2012.

PERNAMBUCO. **Bônus de Desempenho Educacional:** Educadores podem dobrar os salários de Dezembro. Diário Oficial do Estado de Pernambuco,



ReLePe

II Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa

18, 19 e 20 de agosto de 2014 - Curitiba - Paraná - Brasil

Poder executivo, Ano LXXV, n. 103, Recife, 3 de Junho de 2008h. Disponível em : < <http://www.cepe.com.br/diario>>. Acesso em: ago. 2012.